

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DOS ESTADOS E SINDICATOS FILIADOS

O servidor é ponte entre o cidadão e seus direitos

REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020) É A DESTRUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DOS DIREITOS DOS SERVIDORES”

A FENAJUD – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS E SEUS SINDICATOS FILIADOS vêm a público denunciar a farsa da chamada Reforma Administrativa - PEC 32/2020.

Alardeada como necessária para reorganização do estado, a PEC, na verdade, destrói o Estado Brasileiro ao retirar da população, especialmente de sua parcela mais carente, e que, portanto, mais necessita, o acesso aos serviços públicos.

A FENAJUD E SEUS SINDICATOS FILIADOS REPUDIAM A PEC 32 por ela colocar fim ao concurso público, que garante à sociedade, em pé de igualdade, o acesso aos cargos públicos. Dessa forma, transformará as instituições públicas num grande balcão de negócios, já que governantes de plantão passarão a dispor dos cargos para seus correligionários e apadrinhados.

A FENAJUD E SEUS SINDICATOS FILIADOS REPUDIAM a Reforma Administrativa construída por Paulo Guedes, ministro de Jair Bolsonaro, por ela acabar com a Estabilidade e facilitar o aumento da corrupção dentro do serviço público. Se aprovada, a nefasta prática da RACHADINHA, que é quando funcionários são obrigados a dividir seus salários com políticos, e a CORRUPÇÃO em geral no serviço público, será disseminada. Os servidores que se opuserem a cumprir ordens ilegais, ou privilegiar os “amigos dos chefes”, serão substituídos, por não terem mais a estabilidade atual que lhes dá segurança para contrariar interesses escusos.

A FENAJUD E SEUS SINDICATOS FILIADOS REPUDIAM a PEC 32/2020 pois nela propõe-se o princípio da SUBSIDIARIEDADE da Administração Pública. Isso significará a entrega para a iniciativa privada do patrimônio público da sociedade brasileira por meio da Terceirização e Privatização.

Por tais motivos, a FENAJUD e Sindicatos filiados alertam para a necessidade da população SE MOBILIZAR contra a PEC 32/2020, não se deixando confundir pelos falsos argumentos alardeados por seus defensores para obterem sua aprovação.

Conclamam a população brasileira a dizer um sonoro NÃO às propostas contidas na citada PEC, entre as quais:

- Extinguir o regime jurídico único e estabilidade de todos os cargos que não sejam considerados típicos de Estado;
- Reduzir a presença do Estado na prestação de serviços e programas sociais à população;
- Diminuir o número de servidores efetivos e aumentar o número de trabalhadores temporários;
- Extinguir a previsão legal de que cargos e funções de confiança sejam exercidos por servidores efetivos;
- Mero decreto poder alterar, extinguir ou criar órgãos públicos como o Banco Central, IBAMA, CVM, Universidades Federais, dentre outros.

Alertam para o fato de que a defesa atual que se faz de aprovação da Reforma Administrativa, se consubstancia no mesmo discurso falacioso dos que defenderam a Emenda Constitucional 95 (congelamento dos gastos públicos), a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, de que eram necessárias para melhorar as contas públicas e gerar mais emprego e renda.

A Reforma trabalhista não gerou os milhares de empregos que prometia, em vez disso, agravou ainda mais a situação do trabalhador e da trabalhadora brasileira, pois precarizou e fragilizou os postos de trabalhos já existentes. De igual maneira, a Reforma da Previdência, além de não resolver o problema das contas públicas, colocou em situação dramática milhões de servidores, prestes a se aposentarem e já aposentados, além de seus dependentes e pensionistas.

Enfim, **mais uma vez, o que se pretende é prejudicar a sociedade e o trabalhador e a trabalhadora**, para privilegiar uma pequena parcela que detém a maior riqueza do país. Do contrário, o que estaria sendo discutido é uma reforma tributária séria, que tivesse como uma das medidas, a taxação sobre grandes fortunas, que se faz necessária neste momento.

- A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTÁ NAS MÃOS dos Deputados Federais e Senadores.

Portanto, **pressione para que votem contra a PEC 32/2020-REFORMA ADMINISTRATIVA.**

Lutar em defesa dos serviços públicos, gratuitos e universal é dever de todos!

FENAJUD E SEUS SINDICATOS FILIADOS

